



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CONHECENDO A NOSSA HISTÓRIA E O NOSSO PATRIMÔNIO CULTURAL

1 O QUE É HISTÓRIA? O QUE É PATRIMÔNIO? PARA QUE ELES SERVEM?

As perguntas são aparentemente simples, mas carregam uma grande complexidade. E é exatamente sobre isso que falaremos agora!

HISTÓRIA e **PATRIMÔNIO** são duas palavras que sempre andam juntas, mas não possuem o mesmo significado. Basicamente, história é o estudo do passado e patrimônio refere-se a tudo que é reconhecido e valorizado pela sociedade, como os objetos, as construções e as tradições históricas que foram transmitidas de geração em geração.

A história nos fala sobre os eventos e incidentes que ocorreram no passado. O termo história pode denotar a história da raça humana, a origem da civilização ou até mesmo os eventos relacionados à concepção de um lugar ou de uma instituição. Todo lugar, ou melhor, tudo na Terra tem uma história. É a história que nos ajuda a determinar como uma coisa específica surgiu, como evoluiu ao longo dos anos e o que fez dela o objeto ou conceito que é hoje.

A história é baseada em fatos e evidências, bem como lendas e mitos. Embora os mitos e lendas não sejam considerados eventos verdadeiros ou registros reais da história, eles não podem ser denominados mentiras absolutas. Certos costumes, tradições e informações sobre o modo de vida passado podem ser obtidos olhando para eles.

A história é toda a vida humana ao longo dos tempos, mas também é todo o relato sobre essa vida. A história é vivida por todos e todos fazem história em sua vivência, permitindo estabelecer associações e correlações com aspectos da vida de cada indivíduo.



Nós nascemos em uma data específica, de determinada forma e somos parte integrante de uma família. Entre as diferentes definições existentes vamos considerar família como o agrupamento humano formado por duas ou mais pessoas com ligações biológicas, ancestrais, legais ou afetivas que, geralmente, vivem ou viveram na mesma casa. Eu, por exemplo, nasci na data de 19 de fevereiro 1973, na família Lemos, de parto normal, na Maternidade Otaviano Neves, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Observem que o meu nascimento comporta várias informações. Do mesmo modo, qualquer acontecimento no tempo também comporta um nascimento com determinadas características.

A Proclamação da República do Brasil, por exemplo, aconteceu na data de 15 de novembro de 1889. Diante disso, podemos levantar diversas perguntas... Quais foram os fatos que antecederam a Proclamação da República do Brasil? Qual era o contexto histórico na época? Quais foram as causas? Quais foram os objetivos? Quem foram os participantes? Quem proclamou a República do Brasil? Quais foram as consequências? O que mudou após o acontecimento?

Depois que nascemos nossos pais nos registram em um cartório oficial de registro civil das pessoas naturais. Assim sendo, temos o nosso registro e a nossa certidão de nascimento. A certidão de nascimento é o primeiro registro de um indivíduo, fundamental para que este seja reconhecido como cidadão. É necessário para qualquer outro registro e/ou para emissões de documentos de várias espécies. O registro de nascimento, bem como a primeira certidão, são gratuitos (Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997).

Assim sendo, desde o nascimento, nossos pais nos alimentam para que possamos crescer fortes e saudáveis, nos vacinam para que tenhamos proteção contra doenças, nos dão amor, atenção, carinho e tantas outras coisas essenciais para todo e qualquer ser humano...

Em algumas famílias, a mãe nutre o bebê único e exclusivamente com leite materno até determinado tempo. Já em outras famílias, a mãe nutre o bebê com leite materno e também com mamadeira de leite de vaca, de complementos alimentares diversos, entre outras misturas alimentícias. Obviamente, as famílias possuem vivências, costumes, crenças, valores e condições de vida diferentes.

Ainda, é importante saber que existem diferentes tipos de família, tais como família tradicional ou nuclear, a família matrimonial, a família informal, a família monoparental, a família anaparental, a família reconstituída, a família unipessoal, a família eudemonista, entre outras.

Em algumas famílias, o bebê e/ou a criança dorme no mesmo quarto dos pais. Já em outras famílias, o bebê e/ou a criança dorme em seu próprio quarto. Em algumas famílias, o bebê e/ou a criança fica sob o cuidado de ambos os pais. Já em outras famílias, o bebê e/ou a criança fica sob o cuidado de apenas um dos pais, dos avós maternos, dos avós paternos, de uma babá/cuidadora, de uma creche, entre outras possibilidades.

Provavelmente, se tentássemos elaborar uma lista com as diversas formas de cuidar de um bebê e/ou de uma criança nas diferentes famílias e contextos, ficaríamos o resto das nossas vidas escrevendo, pois cada bebê e/ou criança é de um jeito único, visto que cada família cria e cuida de um jeito único. Isso nos chama a



atenção e desperta a curiosidade para algo muito importante: **A PLURALIDADE E A DIVERSIDADE DE VIVÊNCIAS E DE COSTUMES EXISTENTES NA SOCIEDADE!**

Então, fica a pergunta: **TUDO QUE A PESSOA VIVE É HISTÓRIA?** A resposta é **SIM, POIS É A SUA HISTÓRIA!!!** Lembrando que a história também é o relato de vida. Para que os acontecimentos e as vivências sejam históricos é necessário deixar uma marca no tempo, é preciso que mais de uma pessoa saiba, é essencial que tenham tocado de alguma forma a vida das pessoas, que tenham deixado algum vestígio, algum registro.

O patrimônio está sempre ligado à história. Patrimônio refere-se a algo transmitido ou adquirido de um predecessor. Geralmente, usamos esse termo para nos referir a objetos e qualidades valiosos, como edifícios e tradições históricas que foram transmitidos de gerações anteriores. Portanto, não pode haver patrimônio sem uma história.

São considerados patrimônio os artefatos históricos, os monumentos, os locais, a arte, a literatura, as conquistas ou realizações de nossos ancestrais que também servem como memórias da história. Além disso, costumes e tradições exclusivos de nossa cultura e comunidade também são patrimônio, pois os herdamos de nossos antepassados. São as pessoas que conhecem a história de um povo ou local em particular que conseguem apreciar o valor de um patrimônio.

O conceito de patrimônio não existe isolado. Só existe em relação a alguma coisa. Podemos dizer que patrimônio é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações.

2 DOCUMENTOS E REGISTROS HISTÓRICOS

Mas, afinal de contas, o que seriam esses documentos e registros históricos?

Voltando ao exemplo usado anteriormente, o registro e a certidão de nascimento podem ser considerados vestígios e/ou registros, pois nos permitem buscar informações sobre a história de uma pessoa, tais como em que data, horário e cidade nasceu, quais foram as condições e as características do nascimento, qual foi o tipo de parto, quem são os pais e os avós, entre outras informações. Se o registro e a certidão de nascimento são devidamente acondicionados e preservados, tornam-se importantes fontes documentais capazes de revelar fragmentos das histórias de vida das pessoas.

Outro exemplo é que, ao nascer, o bebê geralmente é fotografado com os membros de sua família. Essa fotografia torna-se um objeto do afeto familiar e pode servir para contar a história do bebê, da família, do modo de vestir por meio das roupas usadas por cada um, da forma como o bebê foi acolhido e cuidado, das tradições familiares, da fotografia propriamente dita, de como eram as fotografias na época, enfim, uma infinidade de informações histórico-culturais relevantes.



Assim sendo, registros históricos são todas as evidências das experiências humanas que sobrevivem para que os interessados em história possam, no futuro, extrair informações históricas dele.

Os registros históricos são documentos que ajudam a contar e a identificar a história de uma pessoa, de uma cidade, de um estado, de um país. Através de consultas e pesquisas podemos encontrar os mais variados tipos de registros históricos, tais como as fotografias, os objetos, as roupas, as obras de arte, os escritos, as imagens, os depoimentos de pessoas e muitas outras coisas.

Aqui temos um outro ponto muito importante: **Quem faz história? Quem se interessa por ela?**

Primeiramente, é preciso ter a dimensão que todos fazem história e que, na vivência diária, estamos fazendo história, a história da vida de cada um! Mas, para além desse aspecto que é comum a todos (nós todos fazemos história), existe um grupo de pessoas que se interessa profissionalmente pela história. Essas pessoas são chamadas historiadores. Mas o que, exatamente, os historiadores fazem? A resposta é que eles fazem a busca, a análise e o estudo minucioso desses vestígios e registros para obter informações históricas e contar o que aconteceu. Porém, o processo depende sempre das informações contidas nos vestígios e nos registros. Os historiadores não contam exatamente o que e como algo aconteceu, eles contam o que foi possível saber com os vestígios e os registros históricos que ele tinha e a sua capacidade de análise e interpretação.

Em resumo, tudo que é registrado, que foi feito em uma determinada época e que deixou algum vestígio é matéria-prima dos historiadores.

Imagine uma pessoa que não produziu nenhum registro. Basicamente, é como se ela não tivesse existido! Assim sendo, é com os acontecimentos, desde os mais simples como a vitória do seu time de futebol preferido, até os mais complexos como, por exemplo, o Feudalismo, que a história se materializa. Se os acontecimentos deixam algum vestígio e se o historiador se interessa em sua busca, análise e estudo, teremos um relato, a história feita por diferentes agentes sociais se materializando.

3 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E REGISTROS HISTÓRICOS

Imagine se não houvesse as pirâmides do Egito, que não houvesse nada escrito, desenhado, feito pelos povos que viveram no Egito Antigo. Certamente a história deles não existiria e não seríamos capazes de saber nada, pois não haveria como os historiadores estudarem e extraírem as informações.

Pense, ainda, que essas coisas existiram na época, mas que foram destruídas e/ou danificadas ao longo do tempo. Certamente não seríamos capazes, igualmente, de elucidar a história do Egito Antigo.

Mas, final de contas, como preservar e conservar os documentos e os registros históricos? Primeiramente, é importante ressaltar a diferença entre preservar e conservar. A preservação compreende toda a metodologia usada para conservar os documentos e os registros históricos. É o “guarda-chuva” que comporta a conservação. Já conservação diz respeito ao conjunto de ações que interrompem o processo de



degradação, ou seja, de perda dos documentos e dos registros históricos. Ela é obtida por meio de processos de higienização, pequenos reparos e acondicionamento adequado.

Ao longo da história humana na Terra, as sociedades foram criando formas para preservar e conservar os documentos e os registros históricos, tais como os arquivos, as bibliotecas, os centros culturais, os museus, entre outras.

Portanto, sem a devida preservação e conservação, os documentos e os registros históricos podem ser parcial ou completamente deteriorados, danificados a até mesmo destruídos com o passar do tempo e não haveria como fazer história. A partir dessas questões, percebemos a importância da história, bem como da sua adequada preservação e conservação, pois a história representa e constitui as nossas referências culturais e o nosso patrimônio cultural.

4 PATRIMÔNIO CULTURAL, PATRIMÔNIO MATERIAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o Brasil cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós brasileiros.

O patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O patrimônio imaterial diz respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A CRFB/1988, em seus artigos 215 e 216, reconhece a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a



sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO define como patrimônio imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esta definição está de acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Patrimônio Cultural	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial
Patrimônio cultural compreende os bens materiais e imateriais que uma comunidade se identifica. São um conjunto de crenças, valores, costumes e práticas consideradas importantes para a história, memória e matriz cultural de um povo. É importante que as pessoas contribuam para a preservação, e que haja políticas visando a sua salvaguarda.	Patrimônio material se refere aos lugares e objetos de relevância histórica e cultural para uma comunidade. Podem fazer parte tanto as grandes obras arquitetônicas como as praças e objetos que as pessoas atribuam valores e sentidos.	Patrimônio imaterial é um conjunto de bens abstratos, e pode ser quaisquer formas de saberes, expressões e celebrações presentes em uma sociedade, no qual os indivíduos que atuam nela se sentem parte. Podem compreender as festas religiosas, juninas, como também os modos de produção artesanais de determinado povo.

5 IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS PARA A PRESERVAÇÃO DA CULTURA

Preservar a história e a memória do ser humano sempre foi um grande desafio. Nesse contexto, os museus exercem um significado extremamente relevante. Muitos pensam que eles são apenas um caminho em direção ao passado. Porém, na verdade, eles são muito mais que isso.

Os museus são lugares de conexão entre passado, presente e futuro, pois olhar o passado é conhecer o que foi feito para aprimorar mecanismos que podem influenciar o presente, permitindo que novos conhecimentos e técnicas sejam disponibilizadas para a sustentabilidade das futuras gerações.



O termo museu teve sua origem na Grécia antiga, nas palavras gregas “*Mousa*” e “*Mouseion*”, que se refere ao Templo das Nove Musas ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus (Deus do Trovão e Senhor do Olimpo) e de Mnemosine (Deusa da Memória), sendo considerado local sagrado reservado à contemplação, capaz de inspirar a criação artística e científica. O Templo das Nove Musas era constituído de bibliotecas, jardins, observatórios, salas de leitura e outros ambientes.

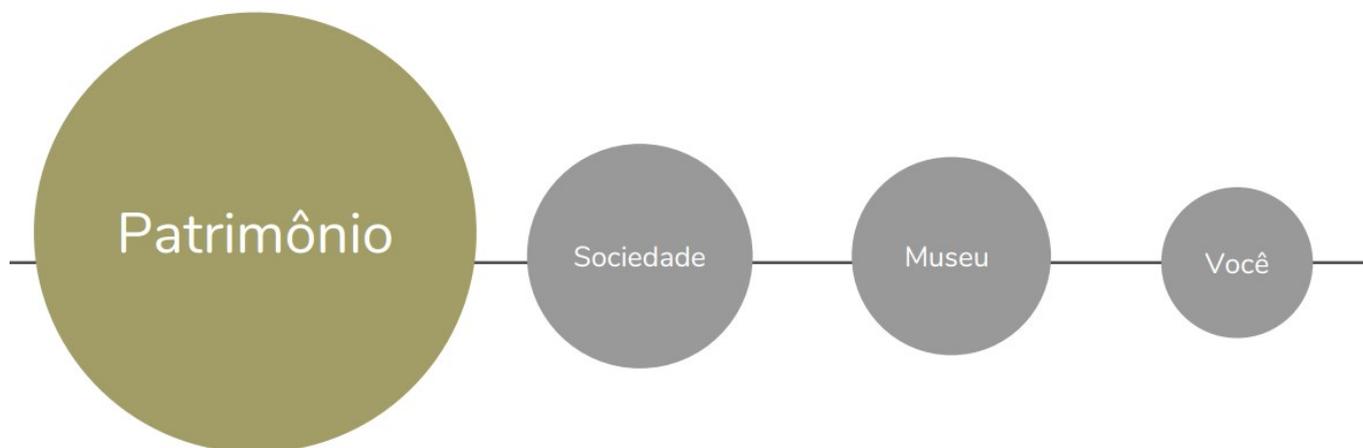
Os museus são importantes instrumentos de preservação da memória cultural de um povo e responsáveis por seu patrimônio material e/ou imaterial. No início, sua finalidade era apenas de salvaguardar e não de disseminar as informações culturais.

Por muito tempo os museus eram locais restritos e elitizados, mantidos por pessoas com algum poder aquisitivo. Somente as pessoas que recebiam convites para exposições tinham acesso aos museus. Anos mais tarde, os museus se tornam o que conhecemos atualmente, ou seja, espaços abertos ao público em geral, sem distinções, local livre, de caráter educativo, cuja missão é recuperar, preservar e disseminar a memória coletiva.

Sabemos que cultura é um termo amplo e complexo, podendo ser definido a partir de diversos pontos de vista. Sob a análise antropológica, cultura é o conjunto de costumes, tradições, hábitos e manifestações de uma população, que constrói sua identidade e seu modo de vida e os transmite geração após geração.

O museu tem o papel de informar e educar por meio de exposições permanentes, atividades recreativas, multimídias, teatro, vídeo e laboratórios. É o espaço ideal para despertar a curiosidade, estimular a reflexão e o debate, promover a socialização e os princípios da cidadania, e colaborar para a sustentabilidade das transformações culturais.

Museus, Patrimônio e Sociedade





6 COMO PODEMOS IDENTIFICAR AS NOSSAS REFERÊNCIAS CULTURAIS?

O nosso patrimônio cultural é formado pelas nossas referências culturais. As nossas referências culturais são as edificações e são as paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências culturais são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura.

O Plano de Ação do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Igaratinga engloba como uma de suas ações o Inventário Municipal de Referências Culturais – IMRC para levantamento dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares através de entrevistas. As entrevistas são conduzidas e registradas pela Historiadora Flávia Lemos Mota de Azevedo e pelo acadêmico de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Unidade Divinópolis, Fernando Cordeiro dos Santos. Os membros do COMPAC e do Conselho Gestor do FUMPAC indicam pessoas da comunidade para serem entrevistadas e, quando possível, também acompanham a realização das entrevistas. Àqueles que forem entrevistados será concedido o certificado/título “Mestre(a) do Saber do Município de Igaratinga”.

O IMRC é uma metodologia de pesquisa desenvolvida com o objetivo de documentar e produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social do Município. Por outro lado, além da descrição detalhada dos principais elementos culturalmente relevantes, o IMRC também terá como objetivo diagnosticar entraves e dificuldades que afligem os bens de natureza material e imaterial com o intuito de promover projetos e ações de fomento capazes de garantir as condições sociais, econômicas e ambientais necessárias para a sua reprodução e continuidade.

7 BENS CULTURAIS, PATRIMÔNIO CULTURAL E INVENTÁRIO

Na nossa vida pessoal aquilo a que atribuímos valor se torna um bem, algo que buscamos manter, preservar, pois nos enriquece de alguma forma. Ao falarmos do nosso patrimônio cultural, nos referimos ao conjunto de bens que constituem a nossa cultura, algo que nos enriquece enquanto povo.

Um dos instrumentos para se conhecer o patrimônio cultural e perceber sua presença na vida das pessoas é o inventário.

O inventário é um instrumento de orientação às ações do poder público e das comunidades para a implementação da política cultural local, bem como às ações de preservação nas esferas estadual e federal. O



inventário começa com a elaboração do Plano de Inventário que vai definir, através de um cronograma, como e quando será realizada a identificação do acervo cultural do Município.

Fazer um inventário é fazer um levantamento, uma lista descrevendo os bens que pertencem a uma pessoa ou a um grupo. Quando falamos em inventariar os bens culturais de um lugar ou de um grupo social estamos falando em identificar suas referências culturais.

Além de saber quais são esses bens, precisamos saber quais são suas características e por que eles são importantes para este grupo. Por exemplo, quando alguém escreve um diário ou tira fotografias ou filma momentos de uma viagem, essa pessoa está registrando memórias de momentos importantes de sua vida, paisagens e lugares em que esteve, geralmente na companhia de familiares e amigos. Esses registros são importantes para mantermos a memória e os sentimentos vivos, bem como para compartilharmos esses sentimentos com quem não estava lá conosco.

Quando fazemos um inventário de um bem cultural, tratamos de descrevê-lo e documentá-lo escrevendo sobre ele, fotografando, filmando, fazendo entrevistas, gravações sonoras, e outras formas de documentação. Trata-se também de levantar informações já produzidas sobre aquele bem em outros locais, como arquivos e bibliotecas. Documentos, mapas, fotografias, filmes, cartas e outros registros podem ajudar nesse levantamento.

Ter um bem cultural documentado (por meio de textos, fotos, vídeos e desenhos) pode servir como fonte para pesquisas, como referências do passado para se entender melhor o presente e desenhar o futuro; como registro de uma manifestação cultural que não ocorre mais, mas que permanece viva na memória das pessoas e que pode vir a ser retomada, como uma festa, por exemplo.

O melhor guardião do patrimônio cultural é sempre seu dono. São as pessoas que o fabricam, o praticam, moram nele, ou em seus arredores ou, em termos mais gerais, são as pessoas para as quais esse patrimônio tem importância direta, por estar intimamente associado às suas vidas.

8 COLOCANDO EM PRÁTICA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS ATRAVÉS DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

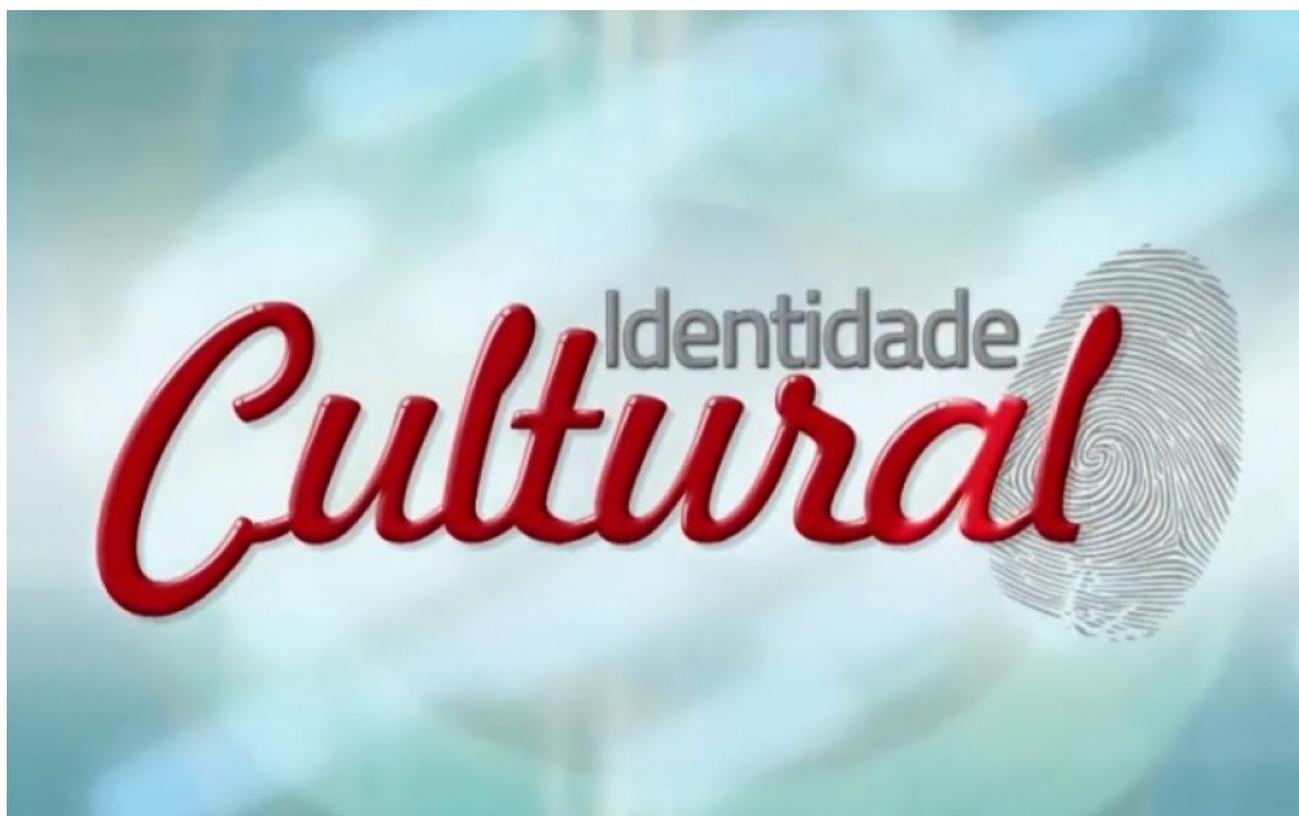
A identificação do acervo cultural de um determinado município consiste em uma ampla pesquisa, embasada por critérios rigorosos, cujo objetivo é localizar, reconhecer e cadastrar os bens com interesse de preservação, além de embasar outras medidas de proteção. Essa pesquisa inclui documentos históricos, entrevistas com autoridades e moradores da região, estudos do local e de seus aspectos culturais e físicos. Essas medidas visam à identificação do patrimônio cultural, de maneira ampla, de modo a incluir os bens materiais, imateriais, os modos de vida, comportamentos, ofícios e peculiaridades de determinado grupo.

É extremamente importante a participação da comunidade no processo de identificação do acervo cultural, uma vez que os valores culturais são muito variáveis, sendo bastante específicos dentro de cada



comunidade. Sendo assim, o envolvimento da população de forma democrática e ampla constitui uma maneira de se garantir que o acervo identificado englobe todas as referências culturais relevantes para a comunidade, não sendo imposto por grupos isolados ou por especialistas de determinada área, representando uma visão parcial e fragmentada do que seria importante na cultura geral de um município.

Uma comunidade tem fortalecida a sua identidade, a sua capacidade de mobilização e o engajamento de seus cidadãos quando reflete sobre a preservação de seu patrimônio cultural integrado a compreensões profundas sobre seu território, convívio e memória, cidadania e participação social.



Com o propósito de estimular essa reflexão, convidamos você para nos ajudar a elaborar o INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IGARATINGA!

Responda as perguntas abaixo:

- 1) Você conhece alguma tradição, costume, celebração, lugar, objeto, modo de fazer ou saber que seja importante para o Município de Igaratinga? Se a resposta for sim, qual?
- 2) Escreva um texto e faça um desenho de algum patrimônio cultural do Município de Igaratinga que você conhece.
- 3) Você e/ou alguém da sua família possuem registro de algum patrimônio cultural? Se a resposta for sim, seria possível compartilhar conosco para que possamos montar o Arquivo Público do Município de Igaratinga?



9 AUTORES

Alexandre de Faria Silva

Biólogo

Servidor Público da Prefeitura Municipal de Igaratinga no Cargo de Chefe de Gabinete

Presidente do COMPAC e do Conselho Gestor do FUMPAC

Flávia Lemos Mota de Azevedo

Historiadora

Prestadora de Serviços Contratada pela Prefeitura Municipal de Igaratinga

Coordenadora do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho – CEMUD da UEMG Unidade

Divinópolis

10 DATA DE ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MATERIAL: 20/08/2020

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afinal, o que é patrimônio cultural? Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/memoria-e-patrimonio-cultural/aula-01-conceito-de-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 20/08/2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20/08/2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 20/08/2020.

Diferença entre história e patrimônio - 2020 - Notícia. Disponível em: <<https://pt.weblogographic.com/difference-between-history#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20%C3%A9%20o%20estudo%20do%20passado%20e,A%20hist%C3%B3ria%20%C3%A9%20basicamente%20o%20estudo%20do%20passado.>>>. Acesso em: 20/08/2020.

GRUNBERG, Evelina. Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 2007. 24 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

Importância dos museus para a preservação da cultura. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/raquel-muniz-1.456804/import%C3%A2ncia-dos-museus-para-a-preserva%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-1.625767#:~:text=Os%20museus%20s%C3%A3o%20importantes%20instrumentos%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da,e%20respons%C3%A1veis%20por%20seu%20patrim%C3%B4nio%20material%20o%20imaterial.>>>. Acesso em: 20/08/2020.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial:** Histórico, Conceitos e Processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial:** Manual de Aplicação Programa Mais Educação. Brasília: IPHAN, 2013. 85 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial:** Orientações ao Professor. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2011. 65 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial:** Programa Mais Educação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Material.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 30/10/2020.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>>. Acesso em: 20/08/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 20/08/2020.

Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Luz Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.luz.mg.gov.br/img/conteudo/files/Plano%20de%20Inventario%201%20ANO%202011.pdf>>. Acesso em: 20/08/2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** 1. ed. São Paulo: Scipione, 2004. 159 p.

Tipos de família. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/tipos-de-familia>>. Acesso em: 20/08/2020.

Você sabe a diferença entre preservação e conservação de documentos? Disponível em: <<https://boomerangfile.com.br/blog/voce-sabe-a-diferenca-entre-preservacao-e-conservacao-de-documentos>>. Acesso em: 20/08/2020.